

A Revolução do 25 de Abril na política externa portuguesa - Uma perspetiva realista neoclássica sobre a redefinição das prioridades da ação externa portuguesa (1974-1978)

Assistente da Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona
– Centro Universitário do Porto e Investigador Associado do CEAD Francisco Suárez

Resumo

O golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e a revolução deram início a um processo de transição de regime político que desencadeou profundas alterações nas estruturas políticas, económicas e sociais de Portugal. O objetivo da nossa investigação é analisar as implicações dessas transformações na política externa portuguesa, ao explorar as dinâmicas por detrás da transição de uma orientação estratégica atlantista e imperial do Estado Novo para as novas diretrizes euro-atlânticas do Portugal Democrático, com recurso à lente teórica do realismo neoclássico, e desta forma, contribuir para a compreensão das dinâmicas que moldaram a inserção internacional de Portugal no pós-25 de Abril, assim como explicar o porquê da escolha pela opção europeia. Com recurso à lente teórica do realismo neoclássico, as características sistémicas, aliadas à dotação de capacidades das unidades, definem a política externa dos Estados na arena da política internacional. Concluímos que a pressão

sistémica e as condicionantes domésticas determinaram a redefinição das prioridades da ação externa portuguesa, a favor da opção europeia, assim como contribuíram para a definição da nova posição de Portugal no sistema internacional da Guerra Fria.

Palavras-Chave: Teorias das Relações Internacionais; Política Externa Portuguesa; Portugal, Realismo Neoclássico.

Introdução

“A Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974 constituiu a primeira da vaga revolucionária que varreu a Europa meridional na década de 1970” (Sousa, 2024, p. 1), cujo golpe militar foi responsável por derrubar o governo de Marcello Caetano, cuja queda decretou o fim da política externa portuguesa do Estado Novo. Como consequência do fim do Estado Novo, espoleta-se o Processo Revolucionário Em Curso (PREC), o que por sua vez, desencadeou uma discussão sobre redefinição de novas prioridades da política externa e o caminho que Portugal a seguir perante a dissolução do que restava do antigo Império Colonial Português e o início do processo de transição democrática, sob o signo da máxima “democratizar, desenvolver, descolonizar”, consubstanciados no programa do Movimento das Forças Armadas (MFA). Ao mesmo tempo, no plano externo, os Estados não ficaram indiferentes ao que se passava em Portugal, principalmente as duas superpotências hegemónicas, que lideravam a ordem mundial bipolar no auge da Guerra Fria.

No sistema internacional, os Estados soberanos interagem entre si, no quadro geral de anarquia, tendo em consideração o seu interesse nacional, as suas capacidades, os seus recursos e as prioridades definidas pelo processo decisório em política externa. A política externa enquanto conceito está “tradicionalmente associada aos Estados, (...) projeta interesses e objetivos domésticos/internos para o exterior. É assim entendida como uma ferramenta essencial no posicionamento dos atores no sistema internacional” (Freire & Vinha, 2017, p. 15). Como nota Mendes (2014, pp. 8), “o Estado existe e age de acordo com as pessoas que nele habitam e, sobretudo, que agem em nome dele”, pelo que “as explicações das decisões em política

externa devem estar ancoradas nos processos e contextos organizacionais dos decisores e não tanto nos conceitos tradicionais, e de difícil aplicação científica, como o sentimento nacional ou o equilíbrio de poderes” (Mendes, 2014, pp. 8-9), tendo em consideração o interesse nacional (Morgenthau, 1952).

A nossa investigação propõe analisar, com recurso à lente teórica do realismo neoclássico, a redefinição das prioridades da política externa portuguesa perante a mudança do regime político, tendo o debate doméstico em torno das opções que estavam em discussão, que decorreu num período histórico correspondente entre a vigência do I Governo Provisório até ao I Governo Constitucional, como ponto de partida para a nossa análise, sem esquecer do seu impacto na posição portuguesa no sistema internacional, o que constitui um contributo para a compreensão das dinâmicas estruturais e as condicionantes domésticas que determinaram a posição de Portugal na configuração do sistema internacional, caracterizada pela Guerra Fria, assim como o alinhamento de Portugal no espaço euro-atlântico. A opção pelo realismo neoclássico como lente teórica nesta investigação é justificada por ser encarada como uma teoria de política externa (Lobell, 2009), que procura interpretar “como as diferentes políticas respondem à pressão externa” (Tavares, 2023, p. 60) manifestada na arena da política internacional.

1. A conjuntura internacional após o golpe de Estado do 25 de Abril de 1974

Durante a década de 1970, a conjuntura internacional era caracterizada pela Guerra Fria, cuja causa fundamental foi “a séria convicção, tanto por parte da URSS como por parte dos EUA, de que a confrontação, imposta pela incompatibilidade ideológica, era inevitável” (Mendes, 2021, p. 329), que se materializou no aparecimento de duas esferas de influência antagónicas, no qual, como nota Simms (2023, p. 540), os EUA e a URSS “dominavam os seus respetivos campos, embora de maneiras diferentes, mas a questão de qual dos dois sistemas que representavam prevaleceria na Europa ainda estava muitíssimo em aberto”.

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 insere-se numa fase da Guerra Fria caracterizada pela *détente* entre as duas superpotências hegemónicas do sistema internacional de cariz bipolar, o que era uma fase de desanuviamiento entre si, que teve início após a Crise dos Mísseis de Cuba de 1962 e durou até ao final da década de 1970 (Duroselle & Kaspi, 2014). Neste período histórico, ambas superpotências experienciaram dificuldades internas nos seus respetivos blocos. Do lado ocidental, os EUA sob a Administração republicana de Richard Nixon encontravam-se enfraquecidos pela participação dos EUA na Guerra do Vietname e pela sua situação económica, assim como pelo escândalo de Watergate, em 1972, (*idem*) o que veio a oferecer um maior protagonismo a Henry Kissinger como Secretário de Estado dos EUA no sistema internacional, até ao momento que Nixon renuncia, e é sucedido por Gerald Ford, na Presidência dos EUA, em 9 de agosto de 1974. No bloco comunista também surgiram novos desafios que colocaram limites à ação externa da União Soviética, nomeadamente o abrandamento do crescimento da economia soviética, os problemas relativos à Roménia que procurava escapar ao controlo da URSS, a rutura Sino-Soviética, e a crise na Checoslováquia (Nogueira, 2000).

No espaço euro-atlântico, o Velho Continente experienciou uma maior autonomia em relação à tutela das duas superpotências dominantes, o que viabilizou avanços nas relações entre os dois blocos, tendo inclusive começado e durado mais tempo no continente europeu, em detrimento no resto do mundo. Numa tentativa de autonomização, a maioria dos Estados da Europa Ocidental procuraram desenvolver relacionamentos com os Estados-satélite comunistas localizados na Europa de Leste, numa tentativa de construir pontes entre os dois blocos antagónicos, com especial atenção as relações entre a Alemanha Ocidental e a Alemanha do Leste, sob a égide da *Ostpolitik* de Willy Brandt, que procurou contrariar a posição dos EUA, para tentar abrir caminho para a reunificação alemã. O auge deste alívio de tensões entre os dois blocos antagónicos foi a fundação da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), em 1972, e teve como consequência a assinatura dos Acordos de Helsínquia em 1975 (Simms, 2023). A liderança política de Washington e a de Moscovo estavam conscientes das suas debilidades perante a pressão sistémica emanada da

estrutura do sistema internacional, o que conduziu ambas superpotências a uma política de aproximação entre ambos blocos, tendo em vista o alívio das tensões, no que pode ser percebido como um relaxamento (Nogueira, 2000).

Para todos os efeitos, conforme nota Gaddis (1983, p. 354), a *détente* “não foi um fim para as tensões da Guerra Fria, mas antes um relaxamento temporário”, possibilitado pela existência de uma “paridade aproximada na corrida armamentista” entre os EUA e a URSS, por uma “minimização das diferenças ideológicas” e por “uma disposição mútua para se abster de desafiar os interesses dos rivais”, o que contribuiu para a gerar um clima propício a um desanuviamento, quer entre as duas superpotências, quer entre os respetivos blocos.

2. As dúvidas sobre os caminhos da política externa portuguesa a seguir perante a situação doméstica e a pressão sistémica

O fim da política externa portuguesa do Estado Novo, tal como foi desenhada por António de Oliveira Salazar, evidenciou o fim de um desígnio nacional “que tinha como elemento essencial a missão colonizadora e evangelizadora” (Moreira, 2000, p. 316), o que exigia uma alteração do interesse nacional português, assim como uma redefinição das diretrizes da política externa portuguesa.

Perante a transformação do golpe militar em revolução, o MFA entregou a liderança do Estado à Junta de Salvação Nacional, que foi constituída para cumprir a missão de democratizar, descolonizar e desenvolver Portugal (Moreira de Sá, 2015). Em termos de reconhecimento internacional, o novo regime não demorou muito a ser reconhecido no sistema internacional por outros Estados soberanos como o Brasil, a África do Sul, os Estados Unidos da América (EUA), a República Federal Alemã, e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte (Severiano Teixeira, 2010).

Desde a queda do Estado Novo, não existiam diretrizes claras a serem seguidas na política externa portuguesa pelo Governo, uma vez que “o programa do MFA é muito lacónico quanto à política externa” (Cunha,

2013, p. 384), limitando-se a apontar alguns princípios relacionados com a democratização, a descolonização e o desenvolvimento do país, e sem definir as bases pelas quais a política externa portuguesa da Revolução do 25 de Abril se devia nortear. No entanto, como observa Severiano Teixeira (2004, p. 5), a Revolução “define não só um novo modelo de sociedade e novas instituições políticas, mas também um novo modelo de inserção internacional do país de acordo com o processo de democratização”.

Nos primeiros momentos da Revolução, o contributo do MFA estava restrito à subscrição dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, através do qual assumiu que o Estado Português deve se guiar “pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação” (Movimento das Forças Armadas, 1974, p. 4), não deixando de mencionar que a solução da questão colonial é política e não militar. Ou seja, existia uma alteração de fundo na política externa portuguesa, imposta pelo MFA, e que evidenciava a rutura com o vetor ultramarino existente na política externa portuguesa seguida pelo Estado Novo, o que deixava claro a necessidade de uma redefinição das prioridades e das narrativas da ação externa portuguesa.

A Junta de Salvação Nacional presidida pelo General António de Spínola, por sua vez, defendia, em contraste com o programa do MFA, que a adesão portuguesa à Comunidade Económica Europeia (CEE) era um caminho a seguir, fundamental para a reformulação da inserção de Portugal no sistema internacional bipolar. Posição que não era subscrita pelos partidários do MFA, e era apoiada pelo Mário Soares, Francisco Sá Carneiro e Freitas do Amaral. Esta postura evidenciava a existência de divergências domésticas entre as várias facções que participavam no PREC. Foi necessário esperar pela tomada de posse do I Governo Provisório para que se iniciasse o processo de redefinição das prioridades da política externa portuguesa, de forma clara (Ramos, Sousa & Monteiro, 2009).

Em 16 de maio de 1974, a convite do Presidente da República, o general António de Spínola, entra em funções o I Governo Provisório, um governo de unidade nacional, liderado pelo Primeiro-Ministro Adelino da Palma

Carlos, que tinha como braço-direito, Francisco Sá Carneiro um ex-deputado da Ala Liberal e líder do Partido Popular Democrático (PPD), e tendo como Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, o então secretário-geral do Partido Socialista (PS), ambos europeístas. Além disso, tinha Adelino Gonçalves, afeto ao Partido Comunista Português (PCP) como Ministro do Trabalho (*idem*).

Após a sua entrada em funções, em matéria de política externa, o I Governo Provisório estabeleceu novas prioridades na política externa portuguesa, nomeadamente a “intensificação das relações comerciais e políticas com os países da CEE”, a “manutenção das relações com o Reino Unido”, o “estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com todos os países do Mundo”, o “reforço da solidariedade com os países latinos da Europa e da América”, a “manutenção da tradicional amizade com os Estados Unidos da América”, a “renovação das históricas relações com os países árabes”, a “participação e colaboração ativa com a ONU”, e a aproximação ao Terceiro Mundo (Decreto-Lei nº 203/74 da Junta de Salvação Nacional, 1974, pp. 625-626), sem perder a retaguarda do seu posicionamento dentro do espaço euro-atlântico, com especial atenção para a manutenção portuguesa na Organização do Tratado de Atlântico Norte (NATO), a propósito dos Açores (Medeiros Ferreira, 2006).

Mediante a publicação do Decreto-Lei nº 203/74 da Junta de Salvação Nacional (1974), o I Governo Provisório reintroduziu na política externa portuguesa o elemento global, para diversificar e expandir o alcance das suas relações entre Estados no sistema internacional, que estavam limitadas no antigo regime pela política ultramarina e o clima da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, o I Governo Provisório optou por renovar o compromisso nacional para com os seus aliados atlânticos tradicionais, nomeadamente os EUA e a Grã-Bretanha, assim como a região da América Latina, o I Governo Provisório procura manter a aposta nacional neste vetor, mas em rutura com a opção tradicional dos últimos séculos. Como consequência dessa escolha, as prioridades de ação externa do I Governo Provisório focaram-se em garantir o reconhecimento internacional do novo regime político saído do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e na questão da descolonização, pelo que se procurou estabelecer relações com o máximo número de Estados

possível, uma vez que existia uma convicção generalizada entre as principais forças políticas da “necessidade do alargamento das relações diplomáticas de Portugal, nomeadamente aos países do Leste, à África, Ásia e mundo árabe” (Telo, 1999, p. 291).

Ao mesmo tempo, o I Governo Provisório também procurou aprofundar as relações económicas e comerciais com a CEE, tendo, inclusive, decorrido nesta época a terceira reunião do Comité Misto CEE-Portugal (Cunha, 2013; Medeiros Ferreira, 2006). Mário Soares beneficiou de liberdade de ação política suficiente para encetar uma alteração face ao rumo anterior da política externa portuguesa, desta forma permitindo, uma aproximação às Comunidades, demonstrando uma clara vontade em participar do mercado comum, e consciente das limitações da economia portuguesa na época (Medeiros Ferreira, 2023).

A pedido do então Presidente da República, o general António de Spínola, Mário Soares, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros organiza uma digressão pelas principais capitais europeias, para “conquistar as boas vontades para o novo regime” (Telo, 1999, p. 283). Na tentativa de “consolidar o reconhecimento externo do novo regime e dar garantias aos principais aliados e amigos de que os compromissos seriam respeitados” (Telo, 1999, pp. 288-289), Soares assegura o reconhecimento internacional da legitimidade do novo governo, com especial atenção de Washington e de Bona (Castaño, 2024). Também durante o I Governo Provisório, Portugal estabelece relações diplomáticas com os Estados comunistas como a Roménia, a URSS, a República Democrática Alemã e a Hungria, sendo ainda na vigência deste executivo provisório que ocorreu o encontro entre Spínola e Nixon, na Base das Lages, o que simbolizava o receio do Presidente da República que Portugal virasse um Estado-satélite de Moscovo (Brandão, 2002; Moreira de Sá, 2009; Castaño, 2024).

Como consequência das perturbações causadas pelas alas radicais do MFA e do PCP, bem como da discordância entre as principais forças políticas quanto ao futuro de Portugal, veio a demissão do I Governo Provisório (Cunha, 2013; Silva, 2023), o que leva à tomada de posse do II Governo Provisório, em 12 de julho de 1974, sendo este liderado por Vasco Gonçalves

e tendo como Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares (Programa do II Governo Provisório: Novo Governo Provisório. Homens e Programa, 1974). Com o II Governo Provisório denota-se uma clara predominância do MFA e do PCP, o que ditou uma imposição de uma “viragem à esquerda” (Cunha, 2013). A preponderância de forças radicais na composição do II Governo Provisório alarmou os EUA quanto à possibilidade de Portugal se tornar num Estado-satélite pró-Moscovo, cuja situação piorou com o 28 de setembro, quando pendeu a “balança de poderes a favor do MFA” (Moreira de Sá, 2009, p. 205).

As prioridades da política externa portuguesa estavam ausentes do programa político apresentado, o que demonstra a primazia concedida às questões internas do país para governação do Estado. No entanto, é durante a vigência deste governo que se iniciam as conversações tendo em vista a adesão de Portugal ao Conselho da Europa, e ao mesmo tempo que se registavam novos avanços no processo de descolonização (Brandão, 2002). Neste domínio, através da Lei n.º 6/74 de 19 de julho é aceite independência dos territórios ultramarinos, e da Lei n.º 7/74, de 27 de julho, é reconhecido o direito à autodeterminação dos povos, o que enfraquecia as posições federalistas de Spínola na política doméstica portuguesa, e por sua vez, intensificava os esforços em torno da descolonização, cuja posição tinha sido assumida no discurso de tomada de posse de Vasco Gonçalves como primeiro-ministro (Pavia & Monteiro, 2013) e nas reuniões do Conselho de Estado (Tíscar, 2012).

Após o fim do II Governo Provisório, toma posse a 30 de setembro de 1974, o III Governo Provisório, sendo novamente liderado por Vasco Gonçalves como primeiro-ministro e Mário Soares permaneceu como Ministro dos Negócios Estrangeiros (Programa do III Governo Provisório, 1975), que, perante os avanços do processo de descolonização e de democratização, elege como principal objetivo da ação externa portuguesa a inserção e afirmação de Portugal no plano económico internacional, tendo em vista a “consolidação e intensificação das relações existentes, em especial no plano multilateral”, representado pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Económico (OCDE), pela Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) e pela CEE (Programa do III Governo Provisório, 1975).

De acordo com Cunha (2013, p. 390), o III Governo Provisório “assume formalmente no respetivo programa a vontade de aprofundamento das relações de cooperação a vários níveis”, e para isso “irá apresentar propostas para modificar determinadas cláusulas dos acordos comerciais entre a CEE e Portugal, e para alargar a cooperação a outros domínios”. Ao mesmo tempo, espoletou-se a 11 de março de 1975, o Período Revolucionário em Curso (PREC), espoletando a radicalização sobre processo revolucionário, o que teve como consequência, a realização de diversas nacionalizações e numa crescente preocupação do governo para com a economia nacional, que agora passava a ser quase toda controlada pelo Estado Português (Cunha, 2018; Pavia & Monteiro, 2013), o que vai rebaixar a política externa portuguesa para segundo plano, de acordo com o programa de Governo apresentado no qual centrava as prioridades de ação na economia e no Estado Social (Programa do III Governo Provisório, 1975).

No entanto, as prioridades estratégicas da diplomacia portuguesa sob a governação de Vasco Gonçalves ficavam cada vez mais centradas nos Estados pertencentes ao bloco comunista e ao Terceiro Mundo, tendo inclusive alargado as relações com a Europa do Leste, estabelecendo diversos tipos de acordos com a URSS, a Roménia, a Bulgária, e a Checoslováquia, e reconheceu a República Popular da China, rompendo as suas relações com a República da China (Brandão, 2002). Em relação às Comunidades Europeias, o III Governo Provisório procurou diversificar as áreas de cooperação, mas procurou afastar qualquer possibilidade de adesão ao bloco comunitário (Cunha, 2018; Pavia & Monteiro, 2013).

A 26 de março de 1975, toma posse o IV Governo Provisório, sendo também liderado por Vasco Gonçalves, e tendo, agora, como ministro dos Negócios Estrangeiros Ernesto Melo Antunes (Ramos, Sousa & Monteiro, 2009). Sob este Governo, os laços de Portugal não só com os países do bloco comunista e do Terceiro Mundo foram reforçados, nomeadamente com Estados como a Jugoslávia, a Polónia, a Coreia do Norte e o Vietname (Brandão, 2002). Ao mesmo tempo, verifica-se um retrocesso na aproximação

de Portugal às Comunidades, muito por influência da crescente viragem à esquerda imposta pelo PREC. Nesta conjuntura em particular, o Melo Antunes chega a excluir uma adesão de Portugal naquele momento (Rezola, 2012; Cunha, 2013). É sob a vigência do deste governo que se materializou as independências de São Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo Verde, tendo lugar a assinatura de acordos de cooperação com estes novos Estados recém-admitidos no sistema internacional (Pavia & Monteiro, 2013).

Após a queda do IV Governo Provisório, toma posse, em 8 de agosto de 1975, o V Governo Provisório sob a liderança de Vasco Gonçalves, tendo Mário Ruivo como ministro dos Negócios Estrangeiros. O programa de governo foi objeto de renovação o compromisso português para com os princípios da coexistência pacífica, estabelecendo como objetivo a condução de uma política externa “que coloque o nosso País numa situação que melhor lhe permita reforçar a sua independência e estabelecer relações justas e paritárias com todos os países do mundo”, dando destaque àqueles com os quais Portugal possui “laços históricos profundos” ou àqueles “que estejam em condições de melhor compreender e apoiar o nosso processo revolucionário rumo ao socialismo” (Programa do V Governo Provisório, 1975), o que conduziu a uma definição de um conjunto de prioridades de ação externa, como a defesa da independência nacional e da segurança internacional, o respeito pelo direito à autodeterminação dos povos, e o “alargamento da cooperação fraterna com todos os povos”, com especial relevância aos países do Leste e do Terceiro Mundo, e procurando contrariar a influência norte-americana (Programa do V Governo Provisório, 1975). Em termos de relações com a superpotência ocidental, os EUA, importa destacar que o agravamento da instabilidade política e social e o avanço das forças comunistas sentido desde março de 1975, levou a que Washington, à semelhança de todos os governos dos Estados-membros da CEE, receassem a possível instauração de um regime comunista em Portugal (Cunha, 2013; Moreira de Sá, 2009). Neste contexto, Kissinger sugere a Gerald Ford, o sucessor de Nixon na Presidência dos EUA, que não intervenha, e que permita a instauração de um regime comunista, utilizando Portugal como exemplo dos efeitos nefastos do modelo comunista, naquilo que ficou conhecido como ‘teoria da vacina’ (Moreira de Sá, 2009). Frank

Carlucci, embaixador em Portugal, defendia, por outro lado, que “deviam-se auxiliar os moderados, tendo em vista conduzir a evolução política rumo a uma democracia parlamentar” (Cunha, 2013, p. 394). Esta acabou por ser a tese adotada tanto por Washington como pelos Estados membros da CEE, o que se traduziu no auxílio aos partidos moderados, nomeadamente ao Partido Socialista (PS), mas também na promessa de concessão de auxílios financeiros ao Estado Português (Castaño, 2024), impondo, porém, como condicionante a “evolução para a democracia pluralista” (Cunha, 2013, p. 394).

3. A democratização, a política doméstica e a reformulação da política externa portuguesa

O VI Governo Provisório tomou posse a 19 de setembro de 1975, e durou até 23 de julho de 1976, sendo liderado pelo Almirante José Pinheiro de Azevedo, como chefe de governo, e Melo Antunes como Ministro dos Negócios Estrangeiros (Ramos, Sousa & Monteiro, 2009). Em relação à política externa portuguesa, o programa do VI Governo Provisório salientou a importância de continuar os processos de descolonização, e assumiu como objetivo de a ação externa libertar o Estado Português “progressivamente de tutelas económicas ainda existentes através da diversificação equilibrada dos acordos de comércio”, nomeadamente no âmbito da EFTA e em relação aos países da CEE, de modo a ser, assim, possível assegurar a independência nacional (Programa do VI Governo Provisório, 1975). Igualmente reconheceu a mais-valia de expandir e aprofundar as relações com os Estados socialistas e os países que pertencem ao Terceiro Mundo (Programa do VI Governo Provisório, 1975).

Numa primeira fase, o rumo de política externa definido pelo Governo fica marcado pelo relacionamento com o bloco comunista no Leste Europeu, porém fruto da inflexão trazida pelo golpe de 25 de novembro de 1975, que frustrou as opções gonzalvista, e tornou a opção ocidental “virtualmente inquestionável” (Rato, 2008, p. 214), o que permitiu a Portugal celebrar um acordo de apoio financeiro com a RFA e iniciar negociações para a obtenção de financiamento por parte dos EUA (Brandão, 2002).

Após o golpe de 25 de novembro, sem a interferência da esquerda radical, o VI Governo Provisório decidiu retomar os esforços de aproximação à Europa e às Comunidades Europeias (Cunha, 2018), o que resulta na celebração dos Protocolos Adicionais ao acordo de 1972 (Ferreira, 2004). Como nota Medeiros Ferreira (2004, p. 150), este evento marca a normalização das relações entre Portugal e a CEE, sendo que no início de 1976 assiste-se, de igual modo, a “uma progressiva normalização das relações entre a NATO e Portugal”.

Durante a campanha eleitoral para Assembleia da República de 1976, o PS apelou à necessidade de “vencer a crise” e “reconstruir o País” e para tal assumiu como objetivo a conquista de maior prestígio internacional, propondo uma “nova forma de estar no Mundo” (Programa para um Governo PS, 1976, p. 3-21). À semelhança do defendido pelos governos provisórios, o PS considerava imprescindível expandir e alargar as relações diplomáticas de Portugal, mas, pela primeira vez, assumiu politicamente a inserção de Portugal na Europa, estabelecendo a posição do País no espaço Ocidental (Programa para um Governo PS, 1976). Neste sentido, e considerando que a participação na Comunidade Europeia era crucial ao desenvolvimento económico e social do País, o programa eleitoral do Partido Socialista impõe como prioridade a adesão de Portugal à CEE (Programa para um Governo PS, 1976). Esta não foi, apesar de tudo, uma prioridade exclusiva do PS (Castaño, 2024).

O Partido Popular Democrático (PPD) de Francisco Sá Carneiro, o segundo partido maioritário do espectro político português, também defendeu, na campanha às eleições de 1976, a aproximação à Europa ocidental e a adesão de Portugal às Comunidades (Programa de Governo do PPD, 1976; Sá Carneiro, 2023). Vale ainda destacar que o programa eleitoral do PS propôs uma política externa com dois eixos: o eixo Europeu, representado pela CEE; e o eixo do Terceiro Mundo, destinado a substituir o Império, e resultado das relações com os países africanos e das “afinidades e [d]a mesma preocupação de luta contra as formas de satelitização, dependência ou vassalagem (Programa para um Governo PS, 1976, pp. 21-22). Este posicionamento dos dois partidos do Bloco Central foi fundamental para

desenhar e consolidar um consenso em torno da política externa portuguesa (Pontes, 2016a e 2016b; Krutsko, 2020).

Após as eleições legislativas de 1976, o I Governo Constitucional toma posse a 23 de julho do mesmo ano, sendo chefiado por Mário Soares e tendo como ministro dos Negócios Estrangeiros, até 1977, José Medeiros Ferreira, e depois o próprio Mário Soares, acumulou ambas as funções. O I Governo Constitucional sob o Partido Socialista foi o responsável por assumir a formalização da nova orientação da política externa portuguesa, no qual se encontra reflexos do pensamento e as esperanças do próprio Soares (Castaño, 2024), mas também do próprio Medeiros Ferreira (2023).

O programa do I Governo Constitucional atribuiu uma larga importância às relações entre Estados e à política externa portuguesa, assente na “defesa da independência nacional” (Programa do I Governo Constitucional, 1976, p. 125) no sistema internacional, e no qual assumiu a inclinação europeia, ao destacar que “a vocação europeia de Portugal é indelével e, o que mais é, irrecusável” (Programa do I Governo Constitucional, 1976, p. 126).

Neste sentido, o executivo liderado por Mário Soares opta pela inserção de Portugal nas fileiras da Europa Ocidental, através da adesão portuguesa ao Conselho da Europa e à CEE, mas também da manutenção da presença portuguesa na EFTA e na CSCE (Programa do I Governo Constitucional, 1976). Ao mesmo tempo, o I Governo Constitucional também reconheceu a necessidade de permanecer na NATO e aprofundar os laços com os demais Estados membros (Programa do I Governo Constitucional, 1976).

Estas posições assumidas pelo governo liderado por Mário Soares demonstra a adoção de uma política externa pragmática e livre de ideologias, como também o compromisso de Portugal para com as suas alianças atlânticas, nomeadamente os EUA e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte. Nas prioridades da nova política externa portuguesa passou a existir um reforço das relações diplomáticas com Brasil na América Latina, com Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, em África, e com os Estados árabes, sem esquecer a situação de Timor-Leste, sob ocupação indonésia (Programa do I Governo Constitucional, 1976).

No que concerne à Europa Ocidental, cinco meses após a apresentação do Programa de Governo, Mário Soares realizou visitas de Estado às capitais de cinco Estados-membros da CEE, assim como ao Parlamento Europeu, ao Banco Europeu de Investimento, ao Tribunal de Justiça, e ao Comité Económico e Social, num périplo cujo principal objetivo era providenciar explicações sobre as razões do pedido de adesão português às Comunidades Europeias (Chaves, 2013; Silva, 2023).

A 18 de março de 1977, Mário Soares apresenta na Assembleia da República um balanço sobre as suas visitas, seguindo-se a 22 de março a votação do envio do pedido de adesão, e, finalmente, o envio do próprio pedido a 28 de março (Cunha, 2018; Silva, 2023). Estava, assim, “introduzida a formulação de uma opção de política externa com o foco principal virado para o continente europeu” (Chaves, 2013, p. 41), no qual a Europa comunitária tornou-se “o grande desígnio da diplomacia portuguesa” (Rocha, 2009, p. 12).

Em relação ao Atlântico, a permanência portuguesa na NATO nunca foi colocada em causa, apesar da deriva dos Governos Provisórios. Todavia, com o I Governo Constitucional e a consequente estabilização e sucesso da transição democrática, este vetor adquire maior protagonismo (Severiano Teixeira, 1995; 2010). Nesse sentido, a 27 de setembro de 1977, Portugal e os Estados Unidos da América apresentaram uma declaração conjunta “afirmando a intenção (...) de concluírem tão rapidamente quanto possível as negociações com vista a prorrogar os arranjos ao abrigo do Acordo de Defesa (...) para a utilização pelos Estados Unidos de facilidades relacionadas com a Base das Lajes”. A partir daí, Portugal foi aprofundado a ainda mais relação com a NATO (Rocha, 2009), uma vez que “a Europa era um garante de estabilidade político-económica, essencial para a consolidação democrática. O Atlântico assegurava a segurança do país, através da sua potencialização geoestratégica, evitando a marginalização internacional e posicionando o país nos principais centros de decisão europeia” (Cabrita, 2019, p. 159).

A par da CEE, da NATO e da particular relação transatlântica com os EUA, foram eleitas outras grandes prioridades da política externa do

Portugal democrático, nomeadamente o relacionamento com o mundo lusófono, nomeadamente Brasil, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, e Timor-Leste, e com Espanha (Rocha, 2009), que já tinha sido assinalado no trabalho de Silva (2024).

Em termos da participação em organizações internacionais, a política externa do Portugal democrático priorizou o envolvimento do Estado Português nas Nações Unidas (Magalhães, 2001), numa valorização da diplomacia multilateral em relação à diplomacia bilateral favorecida pelo Estado Novo, o que seria fundamental para o sucesso da transição democrática (Medeiros Ferreira, 2023), sem esquecer que este novo formato permitiu Portugal estabelecer um relacionamento diferente com os outros atores no sistema internacional.

Conclusão

“O 25 de Abril de 1974 e o processo de democratização que então se abre afetam não só a política interna, mas, também, a política externa portuguesa”, como nota Severiano Teixeira (2004, p. 5). Acrescenta o mesmo autor que “o Portugal democrático define não só um novo modelo de sociedade e novas instituições políticas, mas também um novo modelo de inserção internacional do país de acordo com o processo de democratização” (Severiano Teixeira, 2004, p. 5), o que determinou uma alteração profunda nas diretrizes e nas prioridades da política externa portuguesa, **algum** que foi notado por Silva (2024, p. 48), sendo “tributária da condição exógena do país, a qual secularmente o fez dependente de um sistema cujos elementos excediam a sua gestão soberana” (Moreira, 2000, p. 315).

O fim das Províncias Ultramarinas e o início do processo de transição democrática impuseram a reformulação de novas prioridades no campo da ação externa portuguesa, procurando fazer uma clara rutura com o Estado Novo. Nesse sentido, os objetivos previstos no programa do MFA, assentes na expressão “democratizar, desenvolver, descolonizar”, significava que os decisores políticos e as elites políticas do novo regime tinham de fazer uma nova leitura sobre os compromissos internacionais de Portugal em vigor

e sobre o espaço lusófono existente que correspondia ao antigo Império Colonial Português.

Numa conjuntura internacional marcada pela détente entre os EUA e a URSS, inaugurou-se uma nova vaga de democratização no sistema internacional, por causa do que se passava a nível doméstico, em Portugal, o que determinou o debate sobre a redefinição das prioridades da política externa portuguesa. Autores como Vasco Rato (2008, p. 197) consideram que “o 25 de Abril encerrou o ciclo colonial, mas passaram mais dois anos caóticos até que fosse possível definir o consenso – assente no ‘duplo pilar’, europeu e atlântico – que ainda hoje enquadra a nossa atuação na cena internacional”.

A partir do I Governo Constitucional observamos a institucionalização e a consolidação das prioridades da política externa portuguesa, e que hoje se traduzem em três vetores estratégicos: o vetor europeu, que representa a inserção de Portugal na CEE e é o garante do desenvolvimento económico. O vetor atlântico, associado à aliança de Portugal com os EUA e com o Reino Unido, é o garante da segurança de Portugal no sistema internacional, assim como à pertença de Portugal na NATO. E por último, o vetor lusófono, associado às relações entre Portugal e as suas antigas colónias (Carvalho, 2015; Medeiros Ferreira, 2023). Estes três vetores permitem Portugal assumir uma posição central no Atlântico na relação transatlântica (Silva, 2023).

O período que se inicia após 1974 e se prolonga até à tomada de posse do I Governo Constitucional é caracterizado pela “luta em torno das opções externas do País, pelo exercício de diplomacias paralelas e, consequentemente, pela indefinição da política externa” (Severiano Teixeira, 1995, p. 816). De um modo geral, a definição da política externa portuguesa foi o resultado das barganhas políticas durante o período de transição democrática, que reconheciam diferentes conceções do interesse nacional e defendiam diferentes orientações estratégicas (Moreira, 2000; Rato, 2008). Destacam-se, neste período, a existência de três posições: o posicionamento de Portugal junto do Bloco de Leste, defendida pelo Partido Comunista Português e pela facção gonzalvista do MFA; a adesão ao Bloco dos Não-Alinhados e ao Terceiro Mundo, defendida pelos moderados do MFA; e a opção democrática e ocidental, que pressupunha a instauração de uma

democracia liberal, a adesão às Comunidades Europeias, e a permanência na NATO, defendida pelos partidos moderados e pela ala mais conservadora dos militares (Rato, 2008). A supremacia dos partidos moderados como PS e PPD, tanto nas eleições para Assembleia Constituinte como para a I Legislatura deixaram claro o desejo da população portuguesa em que Estado Português permanecesse dentro do espaço euro-atlântico.

Com o I Governo Provisório sob Adelino da Palma Carlos, cujo governo era caracterizado pela sua heterogeneidade ideológica, surgem as primeiras tentativas concretas de reorientação da política externa portuguesa, enquanto o reconhecimento e apoio internacional do novo regime político saído do 25 de Abril era a principal prioridade da diplomacia portuguesa. Por essa razão, a ação externa deste Governo procurou estabelecer relações diplomáticas com o maior número de Estados, independentemente do bloco ideológico que façam parte. Ao mesmo tempo, ficou confirmada a vontade portuguesa em manter os seus compromissos internacionais como a participação portuguesa na NATO, e a aproximação portuguesa ao continente europeu, em especial à CEE. Durante os Governos Provisórios liderados por Vasco Gonçalves, nomeadamente o II, III, IV e o V Governos Provisórios, a orientação da ação externa portuguesa foi mais favorecida em prol do Terceiro Mundo e do bloco soviético. Apesar da aproximação de Portugal ao Conselho da Europa sob a égide do II Governo Provisório, a aproximação portuguesa a várias organizações internacionais, como a CEE, ocorreu durante a vigência do III Governo Provisório. O PREC teve como consequência a secundarização da ação externa e, um aumento da aproximação portuguesa ao bloco comunista e uma tentativa de afastamento da CEE, cujo rumo foi intensificado com o IV Governo Provisório, que já não tinha Mário Soares como titular ministerial dos Negócios Estrangeiros. O V Governo Provisório prosseguiu com a tendência de aproximação ao bloco de Leste, os Estados não alinhados e o resto do Terceiro Mundo, tendo como propósito, a conquista do apoio internacional necessário para assegurar o sucesso da implantação do projeto comunista em Portugal, o que gera uma escalada de tensões entre Lisboa e Washington, perante a tentativa portuguesa de se opor à influência dos EUA, sendo Portugal, um Estado-Membro da NATO, uma vez que comportamento da política externa

dos Estados fracos é em grande parte influenciado pela interação com um Estado dominante (Moon, 2009). “O período constitucional, que se inicia, precisamente, com o primeiro Governo Constitucional, caracteriza-se pela clarificação da política externa portuguesa e pela definição unívoca e rigorosa do posicionamento externo do país. Portugal assume inteiramente a sua condição de país ocidental, simultaneamente europeu e atlântico. Serão estes, pois, os dois vetores fundamentais e as verdadeiras opções estratégicas do Portugal democrático” (Severiano Teixeira, 1995, p. 816). Posição subscrita por Monteiro (2019, p. 108) que nota que “a constante evocação do interesse de Estado para justificar a política externa, nos pode conduzir a juízos de valor nem sempre compatíveis com a realidade dos factos”. Com o I Governo Constitucional a opção democrática e ocidental é assumida definitivamente, e ficam, assim, definidos os principais eixos da política externa portuguesa, dando início ao que Severiano Teixeira (2010) designa como “terceiro modelo de inserção internacional de Portugal”, que é o “modelo democrático”.

Ao longo do processo de democratização, existe uma coincidência cronológica entre os processos de transição e consolidação, quer ao nível interno, quer ao nível externo, no qual o “final da transição e o início do período constitucional, ao nível interno, acompanha a clarificação da posição internacional de Portugal como país ocidental, simultaneamente atlântico e europeu” (Severiano Teixeira, 2004, p. 11), no entanto, “o final da consolidação interna não coincide com a consolidação no plano internacional” (*ibidem*), pelo que teve de esperar pela concretização da adesão de Portugal à CEE, em 1986.

Em suma, a política externa portuguesa sob o signo da Revolução do 25 de Abril significou “o fim do modelo histórico de inserção internacional do país e os primeiros passos que a política externa portuguesa ensaia na construção de um novo modelo que tem como base a europeização” (Severiano Teixeira, 2004, p. 12), no qual a manutenção da posição portuguesa no bloco ocidental dentro do sistema internacional determinou a mudança política interna do novo regime político. Como nota Silva (2024, p. 48), um novo rumo da política externa portuguesa que tem sido seguido “ao longo dos últimos 48 anos, e que tem colhido uma aceitação e beneficiado de

um consenso generalizado independentemente dos governos e das forças políticas neles envolvidas”.

Referências bibliográficas

- Brandão, F. de C. (2002). *História Diplomática de Portugal: Uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cabrita, C. J. P. (2019). “O vector transatlântico da política externa portuguesa”, in Pavia, José Francisco (Ed.), *Política externa portuguesa contemporânea*. Lisboa: Universidade Lusfada Editora.
- Castaño, D. (2024). *Mário Soares e o 25 de Abril - O essencial*. Lisboa: Edições 70.
- Chaves, M. M. (2013). *As Negociações de Adesão de Portugal à CEE*. Coimbra: Almedina.
- Cunha, A. (2013). Tempo de passagem: Os governos provisórios no contexto da adesão de Portugal à CEE (1974-76). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, (13), 381-398.
- Cunha, A. (2018). *Dossiê Adesão: História do Alargamento da CEE a Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Decreto n.º 109/77. *Diário da República*, I Série, n.º 195, p. 2039-2040. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/109-1977-256068>
- Decreto n.º 126/77. *Diário da República*, I Série, n.º 288, p. 2941-2943. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/162-1977-279640>.
- Decreto n.º 23/77. *Diário da República*, I Série, n.º 51, p. 349-351. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/23-1977-140499>.
- Decreto n.º 24/77. *Diário da República*, I Série, n.º 52, p. 363-364. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/24-1977-140523>.
- Decreto n.º 25/77. *Diário da República*, I Série, n.º 52, p. 365-366. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/25-1977-140518>
- Decreto-Lei n.º 110/76. *Diário do Governo*, I Série, n.º 32, p. 274-277. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/110-506639>.
- Decreto-Lei n.º 203/74 da Junta de Salvação Nacional, 1974, pp. 625-626
- Diário da República*, I Série, n.º 85, p. 803-805. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/50-1977-139899>
- Duroselle, J.-B., & Kaspi, A. (2014). *História das Relações Internacionais: De 1945 aos nossos dias*, vol. 2. Lisboa: Edições Texto&Grafia

- Freire, M. R. & Vinha, L. 2017. *Política externa: modelos, atores e dinâmicas*. Freire, M. R. (Coord.). *Política Externa: As Relações Internacionais em mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 55-61.
- Freire, M. R., & Vinha, L. da. (2011). “Política Externa: Modelos, Actores e Dinâmicas”, in Maria Raquel Freire (Ed.), *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança* (pp. 13-53). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gaddis, J. L. (1983). The Rise, Fall and Future of Détente. *Foreign Affairs*, 62(2), 354-377. www.jstor.org/stable/20041822?origin=JSTOR-pdf
- Krutsko, D. (2020). *Política Externa Portuguesa. Multilateralismo como estratégia de inserção internacional: vocação e potencialidades*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização Relações Internacionais. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/109745/1/Disserta%C3%A7%C3%A3oJunho.pdf>
- Lei n.º 6/74, de 19 de julho de 1974. *Diário do Governo* n.º 167/1974, 1º Suplemento, Série I de 1974-07-19, p. 1. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/6-250407>
- Lei n.º 7/74, de 27 de julho de 1974. *Diário do Governo* n.º 174/1974, 1º Suplemento, Série I de 1974-07-27, p. 1. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/7-1974-279272>
- Lobell, S. E. 2009. Threat assessment, the state, and foreign policy: a neoclassical realist model. Lobell, S. E., Ripsman, N. M. & Taliaferro, J. W. (Ed.). 2009. *Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 42-74.
- Medeiros Ferreira, J. (2004). O 25 de Abril no contexto internacional. *Relações Internacionais*, 1 (2), pp. 143-158. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/working_paper/pdf/RIO2_Jun2004_JMF.pdf
- Medeiros Ferreira, J. (2006). *Cinco Regimes na Política Internacional*. Editorial Presença.
- Medeiros Ferreira, J. (2023). *A Revolução do 25 de Abril - Ensaio histórico*. Lisboa: Shantarin
- Mendes, P. E. 2022. *Guerra Fria*. Sousa, F.; Mendes, P. E.; Freitas, J. G.; Ferreira, D.; Rocha, R. & Tavares, A. (Coord.). *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais*. Coimbra: Edições Almedina, pp. 328-329.
- Monteiro, M. 2019. Portugal e a Europa no Estado Novo e na Democracia. Pavia, J. (Coord.) *Política Externa Portuguesa Contemporânea*, pp. 107-144. <http://hdl.handle.net/11067/4549>
- Moon, B. E. (1985). Consensus or compliance? Foreign-policy change and external dependence. *International Organization*, 39(2), 297-329. doi:10.1017/S0020818300026989
- Moreira de Sá, T. (2009). *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa (1974-1976)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Moreira de Sá, T. (2015). *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Moreira, A. (2000). Situação internacional portuguesa. *Análise Social*, 35(154/155), 315-326. <http://www.jstor.org/stable/41011644>
- Motta, C. (2019). “Política externa portuguesa (Breve enquadramento histórico)”, in José Francisco Pavia (Ed.), *Política externa portuguesa contemporânea* (pp. 9-105). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Movimento das Forças Armadas. (1974). Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas. Arquivo Histórico da Presidência da República. Disponível em: www.arquivo.presidencia.pt/details?id=7281&detailsType=Description
- Nogueira, F. A. (2000). *Estado Novo*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- Pavia, J. F. L. Z., & Monteiro, M. (2013). *A política externa nos programas de Governo do Portugal democrático (1974-2013)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Pontes, J. N. M. (2016a). *Política externa portuguesa : bilateralismo e multilateralismo*. Lusíada. *Política Internacional e Segurança*, 1 (13-14), pp. 71-112. <https://doi.org/10.34628/2v13-ec43>
- Pontes, J. N. M. (2016b). *Política externa portuguesa : bilateralismo e multilateralismo*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Lusíada. <http://hdl.handle.net/11067/2882>
- Programa de Governo do PPD. (1976). Partido Popular Democrata. Disponível em: www.psd.pt/sites/default/files/2020-09/programa-eleitoral-1976_3.pdf
- Programa do I Governo Constitucional. (1976). Disponível em: www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gco1.aspx
- Programa do II Governo Provisório: Novo Governo Provisório. Homens e Programa. (1974). Ministério da Comunicação Social. Disponível em: www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gpo2/programa-do-governo/programa-do-ii-governo-provisorio.aspx
- Programa do III Governo Provisório. Programa de Política Económica e Social. (1975). Imprensa Nacional Casa da Moeda. Disponível em: [ww.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governosprovisorios/gpo3/programa-do-governo/programa-do-iii-governo-provisorio.aspx](http://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governosprovisorios/gpo3/programa-do-governo/programa-do-iii-governo-provisorio.aspx)
- Programa do V Governo Provisório. (1975, agosto 23). *A Capital*. Disponível em: www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gpo5/programa-do-governo/programa-do-v-governo-provisorio.aspx
- Programa do VI Governo Provisório. (1975). Ministério da Comunicação Social. Disponível em: www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gpo6/programa-do-governo/programa-do-vi-governo-provisorio.aspx
- Programa para um Governo PS. (1976). Partido Socialista. Disponível em: http://www.ps.pt/wp-content/uploads/2021/03/1976.25.abr_Programa.para_um_Governo.PS_Vencer.a_Crise_Reconstruir.o.Pais_.pdf

- Rato, V. (2008). “A Revolução de Abril na Política Externa”, in J. M. de Almeida & R. Ramos (Eds.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal Séc. XIX-XX* (pp. 195-222). Lisboa: Edições Cosmos.
- Reis, B. C. (2015). A centralidade do Atlântico: Portugal e o futuro da ordem internacional. *IDN – Cadernos*, (19), 2-54. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10400.26/14815>
- Rezola, M. I. (2012). *Melo Antunes - Uma Biografia Política*. Lisboa: Âncora Editora
- Rocha, M. de O. E. (2009). Portugal Democrático e o Atlantismo. *Mneme – Revista de Humanidades*, 10(26), 1-18. <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/5>
- Sá Carneiro, F. (2021). *Do 25 de abril ao 25 de novembro, 3º volume (1974-1975)*. Lisboa: Alêtheia Editores
- Severiano Teixeira, N. (1995). Portugal e a NATO: 1949-1989. *Análise Social*, 30 (133), 803-818. https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta/4268801/NST_Portugal_Nato_49_89_1995.pdf
- Severiano Teixeira, N. (2004). O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa. *Relações Internacionais*, 1 (1), 5-12. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_r/pdf/r1/RI01_Artgo2_NST.pdf
- Severiano Teixeira, N. (2005). “Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa 1890-2000”. Pinto, A. C. (Ed.). *Portugal Contemporâneo*, 87-116. Lisboa: Dom Quixote
- Silva, F. B. (2024). O 25 de Abril e a reorientação da política externa portuguesa: a redefinição das prioridades da ação externa com os Governos Provisórios e o I Governo Constitucional (1974-1978). *População e Sociedade*, 41, 35-51. <https://doi.org/10.52224/21845263/rev41a4>
- Simms, B. (2023). *Europa – A Luta pela Supremacia de 1453 aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70.
- Sousa, F. (2024). Uma Perspetiva Histórica sobre a Revolução de 25 de Abril de 1974. *População e Sociedade*, 41, 1-9. <https://doi.org/10.52224/21845263/rev41a1>
- Telo, A. J. (1999). “A Revolução e a Posição de Portugal no Mundo”. F. Rosas (Ed.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, 275-315. Lisboa: Edições Colibri.
- Tíscar, M. J. (2012). *O 25 de Abril e o Conselho de Estado*. Lisboa: Edições Colibri.